



1 **Ata da Reunião Conjunta – 34ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de**
2 **Controle Interno – CECI e 42ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de**
3 **Transparência Pública e Combate à Corrupção - CTPCC.** Data: 11 de
4 dezembro de 2019, às 14h00. Local: Sala de Reuniões da Secretaria de Estado
5 de Controle e Transparência - SECONT, situada na Av. Governador Bley, 236,
6 Ed. Fábio Ruschi, 8º andar, Centro, Vitória. Ao décimo primeiro dia de dezembro
7 de dois mil e dezenove, às quatorze horas, reuniuram-se, de forma conjunta, o
8 CONSELHO ESTADUAL DE CONTROLE INTERNO – CECI e o CONSELHO
9 ESTADUAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO -
10 CTPCC, ambos sob a Presidência do Sr. **EDMAR MOREIRA CAMATA**,
11 Secretário de Estado de Controle e Transparência e Presidente do Conselho. A
12 reunião foi secretariada pela Secretária-Executiva do CTPCC **MIRIAN PORTO**
13 **DO SACRAMENTO** e pelo Secretário-Executivo do CECI **RODOLFO PEREIRA**
14 **NETTO**, e contou com a presença dos seguintes representantes dos órgãos
15 participantes: pelo Conselho Estadual de Transparência Pública e Combate à
16 Corrupção, **Alexandre Iemos Junior**, suplente da Secretaria de Estado da
17 Fazenda do Espírito Santo – SEFAZ; **Elaine Cristina Favero**, suplente da
18 Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER; **Álvaro**
19 **Rogério Duboc Fajardo**, titular da Secretaria de Economia e Planejamento –
20 SEP; **Saulo Alvim Couto**, suplente da Defensoria Pública do Espírito Santo -
21 DPES; **Marcio Batista Marinot**, suplente do Tribunal de Contas do Espírito
22 Santo - TCES; **Lidson Fausto da Silva**, titular do Ministério Público do Espírito
23 Santo - MPES; **Sandra Majeovski**, suplente da Secretaria de Economia e
24 Planejamento – SEP; **Maria Emanuela Alves Pedroso**, suplente da Associação
25 de Municípios do Espírito Santo - AMUNES; **Alberto Nemer**, titular da Ordem
26 dos Advogados do Brasil – OAB/ES; **Rodrigo Rossoni**, titular da Transparência
27 Capixaba; **Douglas Dantas Cardoso Gardiman**, titular do Sindicato dos
28 Jornalistas; **Thiago Fabres de Carvalho**, titular do Conselho de Ética; **Paula**
29 **Jenaina Costa**, titular da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil –
30 CTB; **Viviane Silva Ribeiro**, suplente da Federação das Indústrias do Espírito
31 Santo - FINDES . Não enviaram representantes para a reunião: Procuradoria
32 Geral do Estado – PGE; Universidade Federal do Espírito Santo – UFES;
33 Assembleia Legislativa do Espírito Santo – ALES; Tribunal de Justiça do Espírito



34 Santo - TJES. Pelo Conselho Estadual de Controle Interno, não houve quórum
35 suficiente para a realização da reunião. **I.** Foi declarada aberta a reunião, pelo
36 Presidente do Conselho: Edmar Moreira Camata – Secretário Estadual de
37 Controle e Transparência que em seguida fez a apresentação da pauta da
38 reunião, que foi a seguinte: 2) Informes; 3) Retrospectiva SECONT 2019; 4)
39 Deliberações, questões de ordem e encaminhamentos finais; 5) Encerramento.
40 Seguindo a pauta o Presidente agradeceu a participação de todos os presentes
41 na reunião. **II.** Dando prosseguimento, o presidente Edmar Camata da Secont
42 passou aos informes **II.1)** Comunicou os presentes sobre a Reunião técnica do
43 CONACI em Vitória que irá acontecer em Março/2020, e sugeriu que, caso
44 alguém tivesse algum assunto que julgasse relevante no ponto de vista do
45 controle interno, que desse sugestão de algum nome para fazer uma fala rápida
46 no evento, de vinte a trinta minutos. **III.** O próximo item da pauta foi a
47 apresentação da retrospectiva SECONT 2019. Secretário Edmar Camata inicia
48 a fala sobre o ponto de vista da transparência, informando que foi criado o
49 primeiro painel de Transparência e Incentivo Fiscal onde todo cidadão pode
50 consultar, filtrar, editar e comparar as empresas que são beneficiadas; foram
51 melhor divulgados os dados sobre auxílio-moradia; também foi reformulada a
52 consulta dos Honorários de Advogados dativos; e foi criada a consulta das notas
53 fiscais eletrônicas, onde são publicadas as notas fiscais eletrônicas de todas as
54 compras públicas feitas, para tanto o cidadão quanto as empresas terem acesso
55 para consultar o que foi comprado, aonde foi comprado, quando foi comprado, e
56 por quanto foi comprado. Dando prosseguimento à sua apresentação, o
57 Secretário citou sobre um Fórum Cosud, que é integrado pelos Governadores de
58 7 (sete) Estados da região Sul e Sudeste, e desse fórum saiu a ideia sobre o
59 Disque #ESsemCorrupção, que é um canal exclusivo para denúncias de casos
60 de corrupção no poder executivo estadual. O canal conta com um atendimento
61 diferenciado, uma vez que não é realizado por meio de telemarketing, nem
62 gravação eletrônica, mas é encaminhada direto para um Auditor do Estado que
63 faz o registro da denúncia e gera uma chave de acompanhamento da denúncia
64 pelo cidadão. Em seguida a denúncia é encaminhada para o Lab.Data, para
65 reunir mais informações presentes nas bases de dados da SECONT e, logo
66 após, é encaminhada a uma comissão formada pela Ouvidora-Geral do Estado



67 e pelos demais Subsecretários da SECONT, que elaboram um relatório
68 opinativo. Por fim, o Secretário decide sobre o encaminhamento a ser dado à
69 denúncia, tudo isso num prazo de 60 dias. Informou também sobre o robô Maila,
70 que foi criado para notificar e constatar anomalias, a partir do monitoramento
71 realizado no Portal de Transparência. Na Ouvidoria-Geral foi implantado o painel
72 de BI, que apresenta alguns indicadores das demandas de ouvidoria e de
73 pedidos de acesso à informação. Também foi incluído, no sistema e-Ouv, o botão
74 de sigilo dos pedidos de acesso à informação, resguardando o sigilo, ao órgão
75 demandado, dos dados pessoais do cidadão que realiza o pedido. Ainda no
76 campo da transparência, ressaltou o avanço obtido em 2019 sobre o
77 atendimento da Lei de Acesso a Informação (LAI), que em 2017 o percentual de
78 atendimento era de 46,9% e hoje em 2019 é de 99,1%. Para o ano de 2020 estão
79 previstos: 1) Elaboração do novo decreto com a política estadual de dados
80 abertos; 2) Portal de Dados Abertos integrado ao portal de Transparência; 3)
81 Portal de Transparência reformulado para permitir o acesso mais rápido e
82 descomplicado às informações públicas; 4) Avaliações de transparência ativa e
83 passiva; 5) integração do e-Docs e da E-Ouv com os sítios institucionais para a
84 publicação automática dos relatórios da LAI; 6) Inclusão da função “despachar”
85 no e-Ouv. Na área do Controle Interno, um novo Sistema vai ser entregue em
86 2020 o Sistema Integrado de Auditoria e Controle – SIAC – com o objetivo de
87 apoiar as atividades finalísticas da SECONT. Informou também que, sobre a
88 capacitação *in company* de gestão de riscos e auditoria baseada em riscos,
89 realizada em 2019, estão previstas novas turmas para 2020, incluindo inclusive
90 a participação de alguns parceiros, como o Ministério Público, Tribunal de
91 Contas, e outros órgãos. Comentou também sobre o Índice Geral da Gestão
92 (IGG), que está em plena elaboração, e servirá para medir a efetividade da
93 gestão dos órgãos. Com relação às ações de controle realizadas em 2019, foram
94 realizadas 25 auditorias previstas no Plano Anual, 10 auditorias e 4 inspeções
95 extras não previstas, 12 monitoramentos de Planos de Ação, e 377
96 manifestações emitidas a pedido dos órgãos. Informou também que a SECONT
97 vai desenvolver um dos projetos do CONACI, que é a formação de um repositório
98 de conhecimento nacional, para que as melhores experiências e práticas em
99 controle interno sejam replicados nos estados e municípios, e o piloto deve ser



100 entregue já em março de 2020 na Reunião Técnica do Conselho Nacional de
101 Controle. Na área da integridade empresarial e governamental, apresentou
102 alguns dados com relação aos avanços na aplicação da lei anticorrupção: 69
103 processos Administrativos de Responsabilização abertos, sendo 19 neste ano;
104 82 empresas punidas, sendo 34 já julgadas de forma definitiva; 131 empresas
105 processadas; 19 empresas incluídas no CNEP; 8,2 milhões de reais em multas
106 aplicadas. Informou também sobre o Programa de Integridade do Poder
107 Executivo que, assim que o auditor Guilherme retornar da Dinamarca, trazendo
108 a experiência proporcionada pelo acordo com a Transparência Internacional e
109 os Governos da Dinamarca e Canadá, irão conversar sobre a implantação efetiva
110 do programa, que já tem Lei aprovada pela Assembleia e já tem cronograma de
111 implementação. No campo do sistema correcional, a SECONT tem o desafio de
112 digitalizar os processos, de diminuição de passivo, e vai ser lançado em
113 dezembro um sistema para que não seja mais preciso o servidor estadual ir à
114 corregedoria para pedir uma certidão, e foi feita a adesão ao programa de
115 fortalecimento das corregedorias, da CGU. **IV.** Encerrada sua apresentação, o
116 presidente passou para o próximo item da pauta, que foram as deliberações,
117 questões de ordem e encaminhamentos finais. **IV.1)** Foi aberta a oportunidade
118 de qualquer membro se pronunciar sobre as propostas de pautas para 2020
119 porém, antes, informou que conversou com o Controlador-Geral do Estado de
120 Minas Gerais sobre a pauta da Fundação Renova, o qual informou que tem uma
121 pessoa responsável pela interação com a Fundação e que ela pode fazer o dever
122 de casa junto com o Conselho de fazer uma análise crítica do Portal da
123 Transparência da Fundação, conforme eles mesmos sugeriram em outra
124 reunião. Essa pauta será realizada em fevereiro de 2020 e se comprometeu a
125 convidar os conselheiros que quiserem participar. Em seguida foi dada a palavra
126 ao Rodrigo Rossoni, titular da ONG Transparência Capixaba. Informou que o
127 presidente já tocou em uma pauta que a ONG iria trazer, que é o Portal da
128 Transparência da Fundação Renova. A segunda pauta é em relação à nova
129 administração do Himaba pelo Instituto Gnosis que teve um problema no Rio de
130 Janeiro, e paralelo a isso o Governo do Estado já encaminhou um projeto de Lei
131 à Assembleia para que os Hospitais do Estado seja administrado por uma
132 Fundação, tendo um olhar de preocupação por tudo que aconteceu no Rio de



133 Janeiro com Fundações e no Estado com o que ocorreu no Hospital Himaba em
134 sua administração por uma Fundação, que vai ser transferida a sua
135 administração para um Instituto que já tem um problema pregresso no RJ.
136 Propõe então que o Conselho esteja atento ao Edital que vai ser lançado para
137 contratar uma gestora dos Hospitais, para não permitir o retrocesso. Propôs a
138 encaixar esses assuntos da pauta nas próximas reuniões para monitorar as
139 diretrizes desse edital que será lançado. Uma terceira sugestão de pauta é com
140 relação ao Observatório das Águas, mas sugeriu enviar um material para a
141 Secretaria-Executiva do Conselho antes, para avaliar se cabe reproduzir no
142 Estado. A palavra foi dada ao Sr. Márcio Marinot, suplente do Tribunal de Contas
143 do Espírito Santo – TCES, relatando que qualquer modelo será eficiente a partir
144 do momento que o Estado tenha uma estrutura que garanta um certo controle
145 sobre esse modelo. Ressaltou que, independente do modelo adotado, a
146 preocupação deve ser em salientar a necessidade do Estado se antecipar e se
147 estruturar para que faça efetivamente um controle rigoroso. Passada a palavra
148 ao Sr. Thiago Fabres, membro titular do Conselho de Ética do Espírito Santo,
149 agradeceu ao Sr. Edmar Camata por ter aceito o convite de participar no Fórum
150 Capixaba de Ética e *Compliance* na Saúde, que está previsto para ocorrer no dia
151 27/03/2020, e sugere que esse tema deve ser uma das pautas centrais do
152 conselho no próximo ano de 2020, uma vez que, conforme tem se descoberto
153 com a operação “Lama Cirúrgica”, existe uma podridão generalizada,
154 envolvendo médicos, planos de saúde, hospitais, diretores de hospitais e
155 empresas fornecedoras de medicamentos ou equipamentos hospitalares, e acha
156 que devem ser discutidos mecanismos de controle efetivos, já que o problema
157 envolve tanto hospitais particulares quanto públicos. Em seguida, o Sr. Márcio
158 Marinot sugeriu, como pauta para o ano 2020, uma discussão sobre a Lei nº
159 13.709/2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que começará
160 a valer em agosto do ano que vem, e pode trazer uma série de consequências
161 para nossa atuação (órgãos públicos e de controle). O Presidente do conselho
162 sugeriu trazer esse tema para a reunião técnica do CONACI. Ainda sobre o
163 assunto da Lei Geral de Proteção de Dados, a Secretária-Executiva convidou o
164 Auditor do Estado Fabiano da Rocha Louzada para expor resumidamente o que
165 foi tratado sobre o assunto no Fórum “O Controle no Combate à Corrupção”



166 promovido pela CGU no período de 03 a 05/12. Fabiano informou que na oficina
167 muito foi falado sobre a importância de se pensar em transparência e em
168 privacidade desde o primeiro momento de produção da informação. A oficina
169 também focou em explicar as taxonomias relacionadas aos dados privados, e
170 por fim foram realizados dois casos práticos para identificação de informações
171 pessoais em documentos públicos, bem como sugestão de boas práticas para
172 preservação desses dados. O Auditor relatou ainda que, durante a oficina,
173 levantou o questionamento sobre a divulgação de dados pessoais dos sócios
174 das empresas ao publicar, em transparência ativa, os contratos firmados com a
175 Administração Pública. Segundo ele, o instrutor da oficina explicou que o
176 contratante tem a sua expectativa de privacidade mitigada ao contratar com a
177 administração, e esse tem sido o argumento do TCU em seus acórdãos. Por fim,
178 a Sra. Viviane Silva Ribeiro, suplente da FINDES, sugeriu propor ações que
179 envolvam a massa empresarial nas questões de transparência e combate à
180 corrupção, mostrando aos empresários os resultados da SECONT em relação
181 às questões já apuradas dos Processos de Responsabilização. O Presidente
182 concordou que deve ser pensada em uma forma de fechar esse ciclo junto com
183 a massa empresarial, mas que não sabe o modelo a ser adotado. Relatou que a
184 reunião técnica do CONACI talvez seja uma boa oportunidade para colocar isso
185 em prática, mas que o modelo deve ser pensado. O Sr. Lidson Fausto,
186 representante titular do Ministério Público, ressaltou que, no balanço de 2019,
187 faltou informar que a SECONT passou a fazer parte do FOCCO (Fórum de
188 Combate à Corrupção do Espírito Santo). Informou ainda sobre um convênio que
189 o MPES firmou com a CGU visando desenvolver algum trabalho focando nas
190 ouvidorias dos municípios e das câmaras. Informou ainda que o MPES está
191 providenciando a regulamentação interna da Lei Anticorrupção. **IV.2)** Dando
192 prosseguimento, abordou-se outro tema da reunião que foi a aprovação do
193 Calendário de Reuniões do conselho para 2020. Assim, por unanimidade, o
194 Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção - CTPCC aprovou
195 o seguinte calendário de reuniões ordinárias, sempre às 14:00: 43ª RO –
196 06/02/2020, 44ª RO – 16/04/2020, 45ª RO – 04/06/2020, 46ª RO – 06/08/2020,
197 47ª RO – 08/10/2020 e 48ª RO – 02/12/2020. **VI.** Esgotada a pauta, o Presidente
198 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, às quinze horas



199 e quarenta minutos, do que, para constar, eu, **MIRIAN PORTO DO**
200 **SACRAMENTO**, Secretária-Executiva do CTPCC, e eu, **RODOLFO PEREIRA**
201 **NETTO**, Secretário-Executivo do CECI, lavramos a presente ata que, depois de
202 conferida, vai assinada por nós, pelo Senhor Presidente e demais membros dos
203 Conselhos.

EDMAR MOREIRA CAMATA

Representante da SECONT
Presidente do Conselho

DOUGLAS DANTAS

Representante do Sindijornalistas -
Titular

ELAINE CRISTINA FAVERO

Representante da SEGER – Titular

SANDRA MAJEVSKI

Representante da SEP - Suplente

MÁRCIO BATISTA MARINOT

Representante do Tribunal de Contas -
Suplente

**ALVARO ROGERIO DUBOC
FAJARDO**

Representante da SEP- Titular

MARIA EMANUELA ALVEZ

PEDROSO

Representante AMUNES - Suplente

ALBERTO NEMER

Representante da Ordem dos
Advogados do Brasil – Titular

LIDSON FAUSTO DA SILVA

Representante do Ministério Público –
Titular

SAULO ALVIM COUTO

Representante da Defensoria
Pública do Espírito Santo – Suplente

ALEXANDRE LEMOS JUNIOR

Representante da SEFAZ – Suplente

PAULA JENAÍNA COSTA

Representante do CTB – Titular

THIAGO FABRES DE CARVALHO

Representante do Conselho de Ética -
Titular

CAPTURADO POR	
FABIANO DA ROCHA LOUZADA FUNCAO GRATIFICADA - AGE/SECONT SECONT - ASSTEC SUBTRAN	
DATA DA CAPTURA	05/02/2020 14:09:37 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
VALOR LEGAL	ORIGINAL
NATUREZA	DOCUMENTO NATO-DIGITAL

ASSINARAM O DOCUMENTO	
MIRIAN PORTO DO SACRAMENTO SECRETARIA-CTPCC SECONT - CTPC Assinado em 05/02/2020 14:09:36 Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.	
RODOLFO PEREIRA NETTO FUNCAO GRATIFICADA - AGE/SECONT SECONT - ASSTEC SUBCONT Assinado em 23/01/2020 13:31:02 Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.	
EDMAR CAMATA PRESIDENTE-CTPCC SECONT - CTPC Assinado em 24/01/2020 17:29:42 Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.	
DOUGLAS DANTAS CARDOSO GARDIMAN CONSELHEIRO-CTPCC SECONT - CTPC Assinado em 30/01/2020 14:16:24 Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.	
ELAINE CRISTINA FAVERO CONSELHEIRO-CTPCC SECONT - CTPC Assinado em 23/01/2020 17:49:18 Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.	
SANDRA MARA MAGEVSKI CONSELHEIRA-CTPCC SECONT - CTPC Assinado em 01/02/2020 00:03:37 Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.	
MARCIO BATISTA MARINOT CONSELHEIRO-CTPCC SECONT - CTPC Assinado em 23/01/2020 13:00:52 Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.	
ALBERTO NEMER NETO CONSELHEIRO-CTPCC SECONT - CTPC Assinado em 03/02/2020 16:30:31 Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.	
LIDSON FAUSTO DA SILVA CONSELHEIRO-CTPCC SECONT - CTPC Assinado em 23/01/2020 14:20:09 Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.	
SAULO ALVIM COUTO CONSELHEIRO-CTPCC SECONT - CTPC Assinado em 23/01/2020 12:17:20 Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.	

ALEXANDRE LEMOS JUNIOR
CONSELHEIRO-CTPCC
SECONT - CTPC
Assinado em 27/01/2020 22:19:54

Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.

PAULA JENAINA COSTA
CONSELHEIRA CTPC
SECONT - CTPC
Assinado em 30/01/2020 17:17:38

Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.

THIAGO FABRES DE CARVALHO
CONSELHEIRO CTPC
SECONT - CTPC
Assinado em 03/02/2020 16:35:02

Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.

ALVARO ROGERIO DUBOC FAJARDO
CONSELHEIRO CTPC
SECONT - CTPC
Assinado em 24/01/2020 15:24:11

Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.

MARIA EMANUELA ALVES PEDROSO
CONSELHEIRA CTPC
SECONT - CTPC
Assinado em 05/02/2020 13:50:03

Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link <https://e-docs.es.gov.br/documento/registro/2020-6WCNSH>



Consulta via leitor de QR Code.